

RESULTADOS ESCOLARES INDICADOR DE EQUIDADE

**Ensino Básico e Secundário
2019**

FICHA TÉCNICA

Título

Resultados Escolares – Indicador de Equidade | Ensino Básico e Secundário - 2019

Autores

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Divisão de Estudos e de Gestão do Acesso a Dados para Investigação (DEGADI)

Patrícia Engrácia, Pedro Abrantes e Joana Duarte (relatório)

Patrícia Engrácia (apuramento de dados)

Com a colaboração de João Oliveira Baptista (criação do indicador)

Edição

©Direção de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Av. 24 de Julho, n.º 134

1399-054 Lisboa

Tel.: (+351) 213 949 200

Fax: (+351) 213 957 610

E-mail: dgeec.degadi@dgeec.mec.pt

URL: <http://www.dgeec.mec.pt>

ISBN: 978-972-614-723-7

Março 2021

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
1. NOTA METODOLÓGICA	3
2. O SUCESSO DOS “ALUNOS ASE”	6
3. ANÁLISE POR DISTRITO.....	8
4. ANÁLISE POR MUNICÍPIO	13
5. ANÁLISE POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA	12
ANEXOS	14

INTRODUÇÃO

A equidade constitui uma das questões-chave no desenvolvimento dos sistemas educativos, com repercussões mais amplas na vida económica, social e política. Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a equidade no sistema educativo português, através da análise dos resultados escolares dos alunos, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) desenvolveu, ao longo do último ano, um novo *indicador de equidade*. No presente relatório, esclarece-se o modo como este indicador é calculado, descrevem-se os principais resultados, tendo por referência os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019¹, e exploram-se algumas das suas potencialidades analíticas. Os dados completos por agrupamento, por município e por distrito, estão disponíveis no Portal InfoEscolas (www.infoescolas.mec.pt).

A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema funda-se, por um lado, no compromisso do estado com os princípios constitucionais de promover “a democratização da educação” (art. 73.º) e de garantir “o direito à igualdade de oportunidades no acesso e êxito escolar” (art. 74.º) e, por outro lado, no reconhecimento de que as assimetrias dos resultados escolares segundo as condições socioeconómicas dos alunos são algo que persiste, mas que varia ao longo do tempo, assim como em função da escola, do município, da região ou do país.

Num relatório anterior, a DGEEC concluiu que, se os padrões de sucesso escolar dos alunos – entendido pela obtenção de classificações positivas tanto na avaliação interna como nas provas externas de final de ciclo – têm apresentado, ao longo dos anos mais recentes, uma melhoria transversal aos diferentes estatutos socioeconómicos, mantêm-se diferenças vincadas em função dos rendimentos das respetivas famílias. Por exemplo, em 2018/19, 56% dos alunos que não eram abrangidos pelo programa de Ação Social Escolar conseguiram concluir o 3.º ciclo do ensino básico em três anos e com resultados positivos nos exames nacionais (eram 47% em 2015/16), enquanto apenas 21% dos alunos no Escalão A (18% em 2015/16), correspondente ao nível mais baixo de rendimentos familiares, e 38% dos alunos no Escalão B (28% em 2015/16) o conseguiram fazer. As proporções (assim como o progresso recente) são similares no caso dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, sendo as assimetrias segundo a origem socioeconómica menos vincadas, mas também há que considerar o facto de uma parte dos alunos deste nível de ensino se encontrarem em cursos profissionais e alguns não chegarem sequer a concluir os estudos (não considerados neste indicador).²

¹ Os dados analisados abrangem o período até ao ano letivo 2018/19, por serem os dados mais recentes validados. Acresce que, em 2020, devido ao quadro excecional da pandemia, não existem resultados de exames que permitam calcular *percursos diretos de sucesso*.

² Ver a análise completa em DGEEC (2020), *Provas Finais e Exames Nacionais 2019: Principais Indicadores*. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/441/>

Em termos genéricos, podemos dizer que o *indicador de equidade* pretende aferir os resultados escolares dos alunos em condições socioeconómicas mais vulneráveis, em comparação com os resultados médios obtidos a nível nacional por alunos com um perfil semelhante.³ Assim, podemos afirmar que este indicador concorre para responder à seguinte questão: quais os agrupamentos de escolas (ou escolas não agrupadas), municípios e distritos cujos alunos provenientes de famílias com baixos rendimentos apresentam melhor desempenho escolar que os seus pares a nível nacional, ou seja, que contribuem para tornar o sistema educativo mais equitativo, em termos das origens socioeconómicas dos estudantes. Esse levantamento será útil para, reconhecendo e estimulando as situações [ou as unidades organizacionais ou territoriais] que proporcionam uma escola mais equitativa, poder melhor identificar os fatores e as ações que têm conduzido a esse sucesso, permitindo que as mesmas sejam partilhadas em benefício de todos.

Este indicador surge, portanto, em continuidade com o trabalho desenvolvido na DGEEC, ao longo dos últimos anos, com a aferição das taxas de *conclusão no tempo esperado* (1.º e 2.º ciclos do ensino básico e ensino profissional) e de *percursos diretos de sucesso* (3.º ciclo do ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário). Contudo, enquanto esses indicadores permitem uma visão do sucesso obtido numa organização escolar ou numa unidade territorial para a globalidade dos seus alunos, o *indicador de equidade* diz respeito especificamente aos desempenhos escolares do subconjunto de alunos em condições socioeconómicas mais vulneráveis e, portanto, introduz um olhar mais focalizado no seio da organização ou da unidade territorial.

De referir que nos afastamos, neste caso, de uma noção de equidade fechada sobre a própria escola ou território que consideraria uma escola equitativa, caso o insucesso escolar estivesse igualmente distribuído pelos alunos de diferentes meios socioeconómicos. Essa situação não é necessariamente equitativa, no sentido em que é mais relevante compreender os alunos das escolas portuguesas como parte de uma mesma sociedade, na qual todos têm igual direito ao sucesso escolar, ainda que nem todos tenham semelhantes condições para o alcançar. Ou seja, consideramos que uma escola equitativa é aquela que, tendo em conta o contexto socioeconómico dos seus alunos, consegue promover o sucesso de todos os seus alunos, incluindo os provenientes de meios mais vulneráveis.

Em seguida, na nota metodológica, é possível encontrar uma apresentação mais detalhada sobre o modo como este indicador foi construído. Posteriormente, apresentam-se os principais resultados, para todos os ciclos dos ensinos básico e para o ensino secundário (cursos científico-humanísticos e cursos profissionais), em Portugal Continental, explorando-se algumas comparações por distrito, município e unidade orgânica (agrupamento de

³ O perfil semelhante refere-se ao escalão ASE do aluno, à categoria em que a escola se encontra em relação à percentagem de alunos abrangidos pela ASE, à habilitação da mãe e à idade do aluno aquando da entrada no ciclo ou nível de estudos. Ver explicação mais detalhada na Nota Metodológica.

escolas ou escola não agrupada). Ao tomar por referência o universo de beneficiários da Ação Social Escolar, esta análise apenas inclui a rede pública e as escolas privadas que são abrangidas por este programa.

1. NOTA METODOLÓGICA

O *indicador de equidade* compara os resultados escolares dos alunos abrangidos pelo programa de Ação Social Escolar (alunos ASE) de uma determinada escola, agrupamento de escolas ou território com a média nacional dos resultados de alunos com perfil semelhante e em escolas com um contexto socioeconómico semelhante, a nível nacional. Ou seja, mede se essa unidade tem resultados superiores, inferiores ou em linha com os resultados nacionais, no seu trabalho com os alunos em condições socioeconómicas mais vulneráveis.

No sentido de caracterizar os resultados escolares dos alunos, utilizaram-se os indicadores *conclusão no tempo esperado* (no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e no ensino profissional) e *percursos diretos de sucesso* (no 3.º ciclo do ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário), desenvolvidos e divulgados pela DGEEC ao longo dos últimos anos. Estes indicadores apresentam algumas mais-valias importantes.

O indicador *conclusão no tempo esperado* baseia-se numa (e promove uma) visão global de ciclo de estudos, acompanhando o trajeto de cada aluno ao longo de todo o ciclo e concebendo o sucesso não como a mera classificação positiva e aprovação no final de um ano de escolaridade, mas sim a conclusão do respetivo ciclo de ensino com êxito e no tempo esperado, ou seja, sem retenção ou desistência.

O indicador *percursos diretos de sucesso*, além de adotar também o critério de conclusão do ciclo no tempo esperado, pondera os resultados dos alunos também nas provas nacionais (no final do ensino básico e do ensino secundário), associando assim o sucesso a ambos os referenciais avaliativos e superando as fragilidades que são, por vezes, apontadas a qualquer um deles, quando considerados isoladamente. Dito de uma forma mais simples, o sucesso pleno de uma escola é aferido por conseguir que todos os seus alunos concluam com êxito o ciclo de estudos em que estão matriculados, obtendo simultaneamente uma classificação positiva nos exames nacionais. Aplica-se ao 3.º ciclo do ensino básico e aos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, pois são os casos em que a conclusão inclui a realização de exames nacionais.

Para o ano de referência de 2018/19, analisam-se, portanto, as seguintes *coortes*:

- 1.º ciclo do ensino básico: quantos alunos entraram no 1º ano de escolaridade, pela primeira vez, em 2015/16 e concluíram o 4º ano de escolaridade em 2018/19;
- 2.º ciclo do ensino básico: quantos alunos entraram no 5º ano de escolaridade, pela primeira vez, em 2017/18 e concluíram o 6º ano de escolaridade em 2018/19;

- 3.º ciclo do ensino básico: quantos alunos entraram no 7º ano de escolaridade, pela primeira vez, em 2016/17 e concluíram o 9º ano de escolaridade em 2018/19, com resultados positivos nos exames nacionais;
- Ensino secundário (cursos científico-humanísticos): quantos alunos entraram no 10º ano de escolaridade em 2016/17, pela primeira vez, e concluíram o 12º ano de escolaridade em 2018/19, com resultados positivos nos exames nacionais;
- Ensino secundário (cursos profissionais): quantos alunos entraram no ensino profissional, pela primeira vez, em 2016/17, tendo-o concluído em 2018/19.

Dentro deste quadro metodológico, o *indicador de equidade* analisa especificamente os resultados do conjunto de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar (“alunos ASE”), entendido como o critério mais robusto para aferir as suas condições socioeconómicas de origem, considerando os dados recolhidos pela administração escolar portuguesa. Por um lado, a atribuição de apoios no âmbito da Ação Social Escolar é determinada pelo posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, ou seja, depende de uma análise objetiva dos rendimentos familiares, a partir de documentos emitidos pela segurança social ou, quando se trate de trabalhadores da Administração Pública, pelo serviço processador. Por outro lado, trata-se de um programa que tem apresentado uma grande estabilidade e implantação em todo o território nacional, apoiando entre 30% e 40% dos alunos, ou seja, garante uma representatividade importante, sendo por isso amplamente utilizado como “proxy” da situação socioeconómica dos alunos, nos estudos sobre desigualdades sociais e escolares, em Portugal.

Tal como já ocorria no caso da *conclusão no tempo esperado* e dos *percursos diretos de sucesso*, o *indicador de equidade* compara os resultados escolares dos alunos ASE da escola, agrupamento, município ou distrito com uma média nacional “apropriada”.

Para o cálculo da média nacional “apropriada”, a cada aluno é atribuída uma categoria que depende do seu escalão ASE, da habilitação da mãe, da idade à entrada do ciclo ou do nível de estudos e da categoria ASE que foi atribuída à escola (depende da percentagem de alunos com apoio ASE) no caso do ensino básico ou dos cursos profissionais do ensino secundário. No caso do ensino secundário científico-humanístico, a categoria de cada aluno é determinada pela categoria ASE da escola e pelas classificações nos exames de 9.º ano de Português e Matemática.

No caso do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico e ensino secundário profissional, para cada categoria é calculada a percentagem de alunos que concluem os respetivos ciclos de estudo ou cursos profissionais no tempo esperado, dentro do universo de alunos com apoio ASE. No caso do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário científico-humanístico, é calculada a percentagem de percursos diretos de sucesso, dentro do universo dos alunos com apoio ASE. Assim, para cada categoria socioeconómica é calculada uma média nacional e a cada aluno é associada a média nacional da categoria em que o aluno se insere.

Assim, para uma dada escola, agrupamento, município ou distrito, cada aluno insere-se numa determinada categoria com a respetiva média nacional. Fazendo a média das médias nacionais das categorias de todos os alunos da escola, agrupamento, município ou distrito, obtém-se a média nacional “apropriada”.

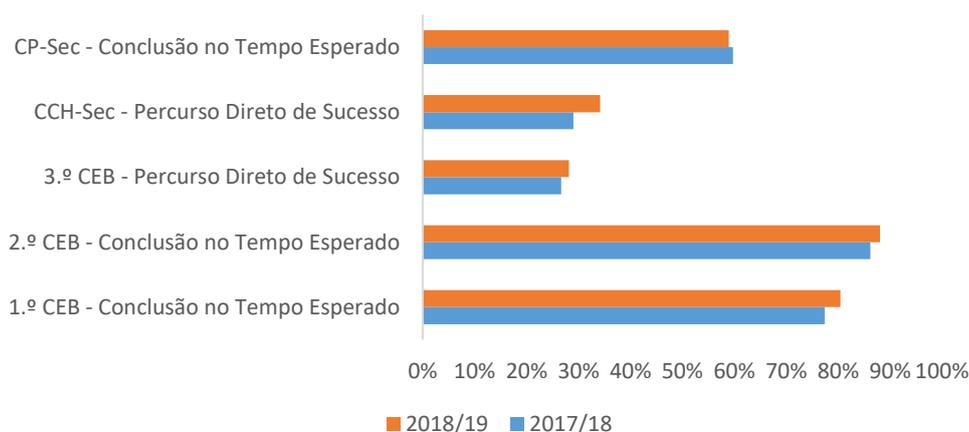
Em suma, este indicador afere se os resultados escolares dos “alunos ASE” da respetiva unidade organizacional ou territorial são superiores, inferiores ou semelhantes aos resultados dos seus colegas nacionais com o mesmo escalão ASE, habilitação da mãe, idade à entrada do ciclo ou resultados nos exames à entrada no ciclo e contexto socioeconómico (aferido pela % de alunos ASE) da escola que frequentam. Ou seja, a comparação entre estabelecimentos de ensino ou territórios é realizada, não em termos absolutos, mas agregando as comparações dos resultados de cada um dos seus alunos ASE com os resultados médios dos alunos com características sociais e escolares anteriores semelhantes. Desta forma, introduz-se maior rigor na análise comparativa, pois sabemos que, mesmo dentro do subconjunto dos alunos ASE, existem assimetrias ao nível das qualificações familiares e do percurso escolar anterior.

Uma vez que apenas é analisado o desempenho dos “alunos ASE”, o universo de alunos em causa pode ser bastante reduzido em algumas escolas. Por essa razão, considera-se que o nível de unidade orgânica (agrupamento de escolas / escola não agrupada) é o nível de desagregação mínimo para obter resultados relativamente a este novo indicador. Pelo mesmo motivo, esta análise apenas se pode realizar relativamente à rede pública. Esta questão é particularmente relevante no caso do ensino profissional, visto que uma grande parte desta oferta de educação e formação é assegurada por escolas privadas que, se bem que são financiadas publicamente, não são cobertas pelo programa de Ação Social Escolar. Por conseguinte, a “amostra” relativamente ao ensino profissional é significativamente menor, em comparação com os vários ciclos do ensino básico ou até a com os cursos científico-humanísticos do ensino secundário, pelo que as conclusões que se possam inferir da análise para esta oferta de educação e formação merecem especial prudência.

2. O sucesso dos “alunos ASE”

Quando nos centramos nos indicadores *Conclusão no Tempo Esperado* e *Percursos Diretos de Sucesso* dos alunos em condições socioeconómicas mais vulneráveis (cobertos pelo programa de Ação Social Escolar), podemos observar que o sucesso ainda está longe de abranger todos os alunos, apesar de se observar uma evolução positiva entre os anos de 2017/18 e 2018/19, nos vários níveis e ciclos de ensino, exceto no caso do ensino profissional (ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Conclusões no Tempo Esperado e Percursos Diretos de Sucesso dos “alunos ASE”, segundo o nível, ciclo e modalidade de ensino, em 2017/18 e 2018/19



Esta situação parece mais frequente no 3.º ciclo do ensino básico e nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, ainda que seja importante lembrar que, nestes casos, considera-se cumulativamente a conclusão no tempo esperado e a obtenção de classificações positivas nos exames nacionais

Estes indicadores de sucesso são mais positivos no caso das raparigas do que no caso dos rapazes, entre os “alunos ASE”, tal como se tem observado para o total dos alunos (ver Tabela 1). Contudo, o progresso ao longo dos dois últimos anos letivos, referido anteriormente, foi mais visível entre os rapazes do que entre as raparigas, no caso do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, o que conduziu a uma redução das diferenças entre sexos em 2018/19 face ao ano anterior.

Tabela 1 – Conclusões no Tempo Esperado e Percursos Diretos de Sucesso dos “alunos ASE”, segundo o nível, ciclo e modalidade de ensino e o sexo, em 2017/18 e 2018/19

	2017/18		2018/19	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.º CEB - Conclusão no Tempo Esperado	75%	80%	79%	82%
2.º CEB - Conclusão no Tempo Esperado	82%	90%	85%	91%
3.º CEB - Percurso Diretos de Sucesso	23%	31%	24%	33%
CCH-Secundário - Percurso Diretos de Sucesso	23%	33%	28%	38%
CP-Secundário - Conclusão no Tempo Esperado	54%	67%	53%	67%

Um aspeto relevante é que, dentro do próprio grupo de alunos cobertos pelo programa de Ação Social Escolar, observam-se resultados mais fracos entre aqueles que se enquadram no Escalão A, composto por aqueles que apresentam rendimentos familiares mais parcos (ver Tabela 2). Comparando ambos os anos de escolaridade, apesar de se manterem as diferenças, é possível observar uma evolução positiva em ambos os escalões.

Tabela 2 – Conclusões no Tempo Esperado e Percursos Diretos de Sucesso dos “alunos ASE”, segundo o nível, ciclo e modalidade de ensino e o escalão ASE, em 2017/18 e 2018/19

	2017/18		2018/19	
	A	B	A	B
1.º CEB - Conclusão no Tempo Esperado	70%	88%	74%	89%
2.º CEB - Conclusão no Tempo Esperado	82%	92%	84%	94%
3.º CEB - Percurso Diretos de Sucesso	21%	34%	21%	38%
CCH-Secundário - Percurso Diretos de Sucesso	26%	32%	30%	38%
CP- Secundário - Conclusão no Tempo Esperado	54%	67%	53%	67%

3. Análise por Distrito

Uma análise por distrito *das conclusões no tempo esperado e dos percursos diretos de sucesso* dos “alunos ASE”, em 2017/18 e 2018/19, revela algumas variações regionais (ver tabela 3, em anexo). Assim, os distritos do Norte Litoral (Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro), assim como os distritos limítrofes de Vila Real, Viseu, Coimbra e Leiria, apresentam valores mais elevados de sucesso dos “alunos ASE”, de acordo com estes indicadores, nos vários níveis e ciclos de ensino. Por seu lado, os distritos de Beja, Évora, Faro, Bragança, Portalegre, Lisboa e Setúbal apresentam níveis mais baixos (ver tabela 3 em anexo).⁴ Comparando os dados de 2017/18 e 2018/19, observam-se progressos em todos os distritos, sendo possível destacar a evolução muito positiva, em distritos como Castelo Branco e Viana do Castelo, em contraste com uma maior estagnação noutros, tais como Portalegre e Beja.⁵

Sendo o *indicador de equidade* a diferença entre as percentagens de conclusões em tempo esperado ou de percursos diretos de sucesso observadas e as médias nacionais “apropriadas” para cada unidade organizacional ou territorial, um valor positivo corresponde às situações em que a percentagem observada (de conclusões em tempo esperado ou percursos diretos de sucesso, dependendo do ciclo ou nível de estudos) num determinado distrito é superior à média nacional “apropriada” desse distrito. Ou seja, revela que os resultados escolares dos “alunos ASE” desse distrito são superiores aos dos seus colegas a nível nacional que têm um perfil semelhante.

Como é possível observar no Gráfico 2 (e na tabela 4, em anexo), o *indicador de equidade* tende a ser positivo nos distritos do Norte Litoral, assim como Vila Real, Viseu, Leiria e Coimbra, em contraste com o Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Faro e Bragança. Mantém-se uma certa consistência nos resultados, ao longo dos vários níveis e ciclos de ensino. Contudo, o ensino profissional apresenta um padrão diferente, com valores mais elevados de equidade em Évora e Portalegre, em contraste com valores mais reduzidos em Lisboa, Setúbal, Faro ou Bragança. Ainda assim, importa lembrar que, destas várias categorias, o ensino profissional é aquele que possui um menor número de estudantes, o que contribui para a observação de valores mais extremos e flutuantes.

Uma análise mais detalhada permite igualmente constatar que este indicador tende a acentuar as diferenças observadas no âmbito das *conclusões em tempo esperado e dos percursos diretos de sucesso*, já apurados em anos

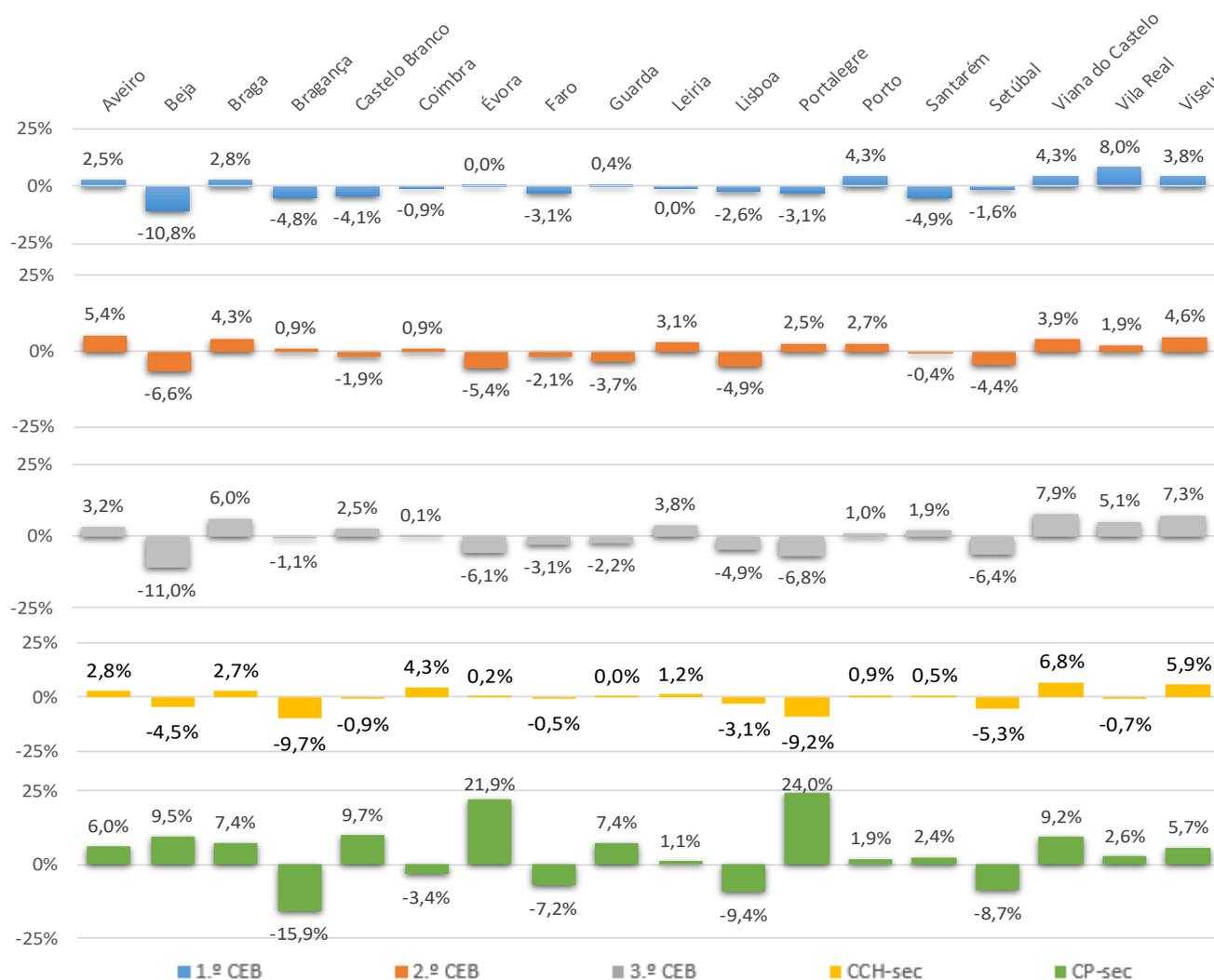
⁴ Destacamos pela positiva os distritos que revelam valores substancialmente superiores à média nacional (3 ou mais pontos percentuais), na maioria dos ciclos/níveis em análise e nos dois anos letivos de referência. Inversamente, identificamos pela negativa os distritos que revelam valores substancialmente inferiores à média nacional (3 ou mais pontos percentuais), na maioria dos ciclos/níveis em análise e nos dois anos letivos de referência.

⁵ Neste caso, destacamos pela positiva os distritos com uma evolução de 5% ou mais, na média dos vários ciclos/níveis de ensino e, pela negativa, os distritos com uma evolução de 1% ou menos, entre 2017/18 e 2018/19. De referir que se retirou desta análise os dados relativos ao ensino profissional, visto que as tendências no ensino básico e nos cursos-científico-humanísticos do ensino secundário revelam uma coerência entre si que depois se diferencia da observada no ensino profissional.

anteriores, para a totalidade dos alunos. Ou seja, os distritos em que o universo dos alunos se destaca por resultados mais positivos tendem também a apresentar valores superiores no *indicador de equidade*, restrito aos alunos abrangidos pela ação social escolar (e vice-versa).

Contudo, há algumas variações relevantes, comparando as tabelas 3 e 4 (em anexo), que decorrem das desigualdades que existem no perfil dos alunos ASE (e das respetivas escolas) entre distritos e que explicam parcialmente as diferenças observadas. Assim, os distritos de Beja, Portalegre, Lisboa e Setúbal destacam-se por níveis negativos de equidade, mas a sua diferença face à “média apropriada” é inferior do que as diferenças observadas na comparação global dos resultados dos “alunos ASE”, nos vários ciclos de ensino e anos de escolaridade. Isto resulta dos seus “alunos ASE” revelarem um perfil tendencialmente mais vulnerável do que os “alunos ASE” de outros distritos. Por isso, a comparação com as “médias apropriadas” confere ao indicador de equidade um maior rigor analítico.

Gráfico 2 – Indicador de equidade no ensino básico e secundário, por ciclo/nível de ensino e por distrito, em 2018/19



4. Análise por Município

Uma análise mais fina dos dados, em 2018/19, tomando por referência a unidade territorial “município”, complexifica bastante os resultados, visto que existe uma dispersão significativa intra-distrital (ver resultados completos, por município, no Portal *InfoEscolas*). Por outras palavras, apesar das diferenças entre distritos observadas no capítulo anterior, existem municípios com resultados positivos e outros negativos, no *indicador de equidade*, no interior de cada um dos distritos. Isto é particularmente visível no 1.º ciclo do ensino básico, sendo que no 2.º e 3.º ciclos a dispersão interna a cada distrito é menor. Volta a ser mais acentuada no caso do ensino profissional, mas há que considerar que, neste caso, o número de alunos matriculados e, logo, o de alunos cobertos pela Ação Social Escolar, é consideravelmente menor.

Na tabela 5, em anexo, é possível observar os municípios que, em cada um dos ciclos e níveis e de ensino, apresentaram em 2018/19 resultados com maior divergência, pela positiva ou pela negativa, face às médias nacionais apropriadas, ou seja, indicadores de equidade mais e menos conseguidos. Uma vez que os municípios em contexto mais rural têm menos alunos, tendem a registar valores mais extremados (positivos ou negativos), enquanto as cidades, com um número mais elevado de alunos, tendem a obter resultados mais próximos da média.

No caso do 1.º ciclo, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Vila Real são as únicas capitais de distrito com resultados positivos, no *indicador de equidade*, com Leiria muito próxima do zero e todas as restantes capitais com resultados negativos. Também no caso do ensino secundário (cursos científico-humanísticos), todas as capitais de distrito ficam aquém da média, com a exceção dos resultados positivos de Viana do Castelo, Viseu e Leiria. Évora, Braga e Aveiro obtêm resultados muito próximos da média. Analisando com maior detalhe distritos mais populosos como Lisboa ou Setúbal, também aqui se observa que os resultados acima da média são obtidos por municípios menos populosos e mais periféricos, ainda que existam exceções como é o caso de Oeiras. Ou seja, sem prejuízo das várias “outliers”, parece observar-se uma dificuldade acrescida dos municípios mais urbanos para garantir aos alunos em contextos socioeconómicos mais vulneráveis oportunidades de sucesso escolar semelhantes às dos restantes alunos.

Numa comparação dos quinze municípios com maior número de alunos nos ensinos básico e secundário, podemos observar que apenas Braga, Guimarães e Famalicão alcançam resultados consistentemente acima da média apropriada, tanto nos vários ciclos do ensino básico como em ambas as vias do ensino secundário, observando-se uma tendência de degradação do indicador de equidade à medida que se avança nos ciclos de escolaridade na maioria dos municípios. Oeiras, Cascais, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, por exemplo, começam por valores ligeiramente acima da média, no 1.º ciclo, mas depois ficam aquém da média, no 3.º ciclo do ensino básico, ainda que os dois municípios nortenhos voltem a recuperar no ensino secundário. Coimbra regista valores próximos da média nacional nos vários ciclos do ensino básico, embora ligeiramente inferiores no ensino secundário. Mais

preocupante é a situação em Lisboa, Loures, Sintra, Amadora e Porto, em que o indicador apresenta valores negativos para os vários ciclos e níveis de ensino, com Almada e Seixal a alcançar resultados também negativos, mas mais próximos da média. No caso do ensino profissional, as tendências não são muito divergentes, apesar do resultado muito positivo alcançado por Matosinhos, assim como os resultados mais fracos observados em Lisboa, Almada, Seixal e Amadora. O Gráfico 3 apresenta os dados para os 8 municípios que estão entre os 15 com mais alunos em todos os ciclos e modalidades consideradas, remetendo-se para a Tabela 6 (em anexo) os dados completos relativamente aos 15 municípios com mais alunos em cada um dos ciclos e modalidades.

Gráfico 3 - Indicador de equidade nos municípios com maior número de alunos, nos diferentes níveis/ciclos de ensino, em 2018/19

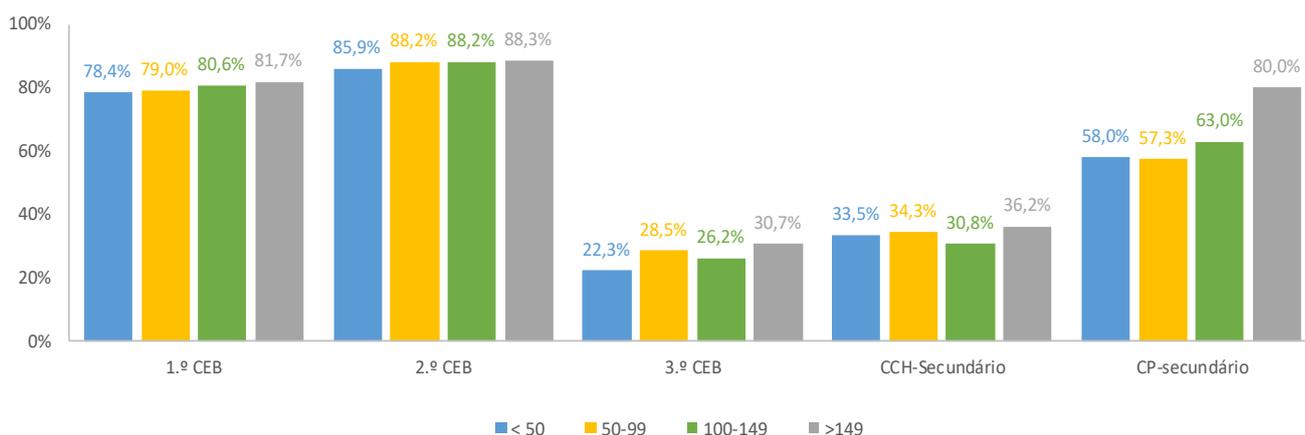


5. Análise por Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada

A análise do *indicador de equidade*, por unidade orgânica (agrupamento de escolas e escola não agrupada), a partir dos dados relativos a 2018/19, permite observar diferenças significativas. A Tabela 7 (ver anexos) apresenta as unidades orgânicas com resultados mais divergentes face às médias esperadas, para os diferentes níveis, ciclos e modalidades de ensino. Os valores completos para cada agrupamento de escolas e escola não agrupada encontram-se disponíveis no portal *InfoEscolas*.

Quando comparamos os indicadores de sucesso, segundo o número de alunos em cada unidade orgânica, é possível observar resultados ligeiramente superiores nos agrupamentos de escolas (ou escolas não agrupadas) com um número mais elevado de alunos (Gráfico 4). Estes dados parecem não corroborar a ideia de que os Agrupamentos Escolares de maior dimensão vêm os seus resultados prejudicados por esta sua característica.

Gráfico 4 – Conclusões no Tempo Esperado (1.º e 2.º CEB e CP-secundário) e Percursos Diretos de Sucesso (3.º CEB e CCH-secundário) dos alunos ASE, segundo o número de alunos da amostra⁶ em cada agrupamento de escolas e escola não agrupada, em 2018/19

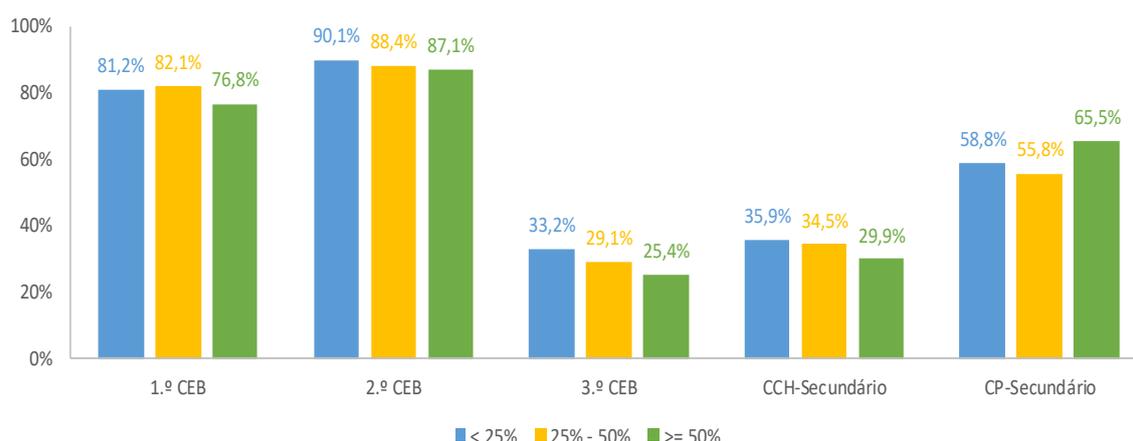


Outro tipo de análise relevante resulta de aferir eventuais diferenças resultantes dos contextos socioeconómicos dominantes em cada escola. Além do possível efeito do contexto socioeconómico do próprio aluno nos seus resultados escolares, vários estudos têm observado efeitos do contexto socioeconómico da escola, geralmente depreendidos a partir dos dados agregados das origens dos alunos da escola.

⁶ Fazem parte da amostra dos indicadores de conclusão em tempo esperado / percursos diretos de sucesso os alunos que estão inscritos em programas educativos orientados para jovens, no ensino regular ou artístico especializado e que se encontravam pela 1.ª vez no início de ciclo/nível/modalidade de ensino em 2015/16, 2017/18 ou 2016/17 consoante estejam no 1.º CEB, 2.º CEB ou 3.º CEB / CCH-secundário / CP-secundário. Excluem-se da amostra alunos que se encontravam em ensino doméstico ou em planos de estudos estrangeiros. Neste caso, a análise é realizada sobre a “subamostra”, formada pelos alunos da amostra dos indicadores conclusão no tempo esperado / percursos diretos de sucesso cobertos pelo programa ASE.

Neste caso, embora as diferenças não sejam muito expressivas (Gráfico 5), os resultados obtidos revelam que os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas em contextos socioeconómicos mais favorecidos (em que menos de 25% dos alunos estão abrangidos pela Ação Social Escolar) tendem a apresentar resultados ligeiramente superiores também no sucesso escolar dos alunos de origem socioeconómica mais vulnerável (“alunos ASE”), em todos os ciclos do ensino básico e nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.

Gráfico 5 – Conclusões no Tempo Esperado (1.º e 2.º CEB e CP-secundário) e Percursos Diretos de Sucesso (3.º CEB e CCH-secundário) dos alunos ASE, segundo o ciclo/nível/modalidade de ensino e a % de alunos ASE do agrupamento ou escola não agrupada em 2018/19



No 3.º ciclo do ensino básico e nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, esta tendência é mais evidente, ou seja, são momentos em que os alunos de meios mais vulneráveis mais beneficiam de estudar em escolas em que a maioria dos alunos é de um meio mais favorecido. Será útil lembrar que, nestes casos, referimo-nos a *percursos diretos de sucesso*, no sentido em que combinam dois critérios: a conclusão no tempo esperado e o sucesso nos exames nacionais (ver nota metodológica). Este impacto do “ambiente socioeducativo” da escola tem sido também observado em estudos internacionais como o PISA, coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

ANEXOS

Tabela 3 – Conclusões no Tempo Esperado e Percursos Diretos de Sucesso dos alunos ASE, por ciclo/nível de ensino e por distrito, em 2017/18 e 2018/19

Distrito	1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB		ES - CCH		ES - CP	
	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19
Aveiro	80%	84%	92%	94%	32%	32%	31%	41%	70%	66%
Beja	65%	68%	75%	78%	20%	15%	24%	25%	67%	68%
Braga	86%	86%	93%	94%	35%	38%	39%	43%	71%	73%
Bragança	71%	75%	88%	89%	22%	27%	19%	18%	50%	43%
Castelo Branco	74%	78%	80%	85%	28%	32%	24%	36%	84%	73%
Coimbra	74%	83%	90%	91%	33%	30%	33%	42%	53%	54%
Évora	73%	80%	82%	82%	20%	20%	25%	33%	39%	83%
Faro	72%	78%	80%	85%	23%	25%	29%	31%	45%	44%
Guarda	76%	83%	85%	83%	31%	26%	31%	36%	64%	69%
Leiria	80%	84%	89%	92%	31%	32%	37%	41%	56%	59%
Lisboa	73%	76%	80%	82%	20%	21%	23%	27%	45%	44%
Portalegre	78%	73%	86%	88%	18%	20%	21%	21%	59%	80%
Porto	81%	85%	89%	91%	28%	29%	31%	35%	67%	66%
Santarém	75%	76%	85%	88%	26%	31%	30%	37%	65%	60%
Setúbal	75%	78%	82%	82%	18%	19%	20%	23%	44%	43%
Viana do Castelo	85%	89%	92%	95%	35%	40%	38%	46%	76%	79%
Vila Real	83%	88%	92%	91%	27%	35%	31%	32%	71%	62%
Viseu	83%	85%	92%	94%	32%	35%	32%	42%	69%	66%

Tabela 4 – Indicador de Equidade, por ciclo/nível de ensino e por distrito, em 2017/18 e 2018/19

Distrito	1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB		ES - CCH		ES - CP	
	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19	17/18	18/19
Aveiro	1%	3%	5%	5%	2%	3%	0%	3%	7%	6%
Beja	-9%	-11%	-6%	-7%	-1%	-11%	-2%	-5%	11%	10%
Braga	7%	3%	5%	4%	2%	6%	4%	3%	5%	7%
Bragança	-5%	-5%	3%	1%	-2%	-1%	-6%	-10%	-6%	-16%
Castelo Branco	-4%	-4%	-6%	-2%	1%	2%	-6%	-1%	23%	10%
Coimbra	-5%	-1%	2%	1%	2%	0%	-1%	4%	0%	-3%
Évora	-4%	0%	-3%	-5%	-3%	-6%	0%	0%	-20%	22%
Faro	-5%	-3%	-5%	-2%	1%	-3%	2%	0%	-8%	-7%
Guarda	-4%	0%	-2%	-4%	2%	-2%	-2%	0%	11%	7%
Leiria	0%	0%	2%	3%	-1%	4%	3%	1%	-3%	1%
Lisboa	-3%	-3%	-5%	-5%	-2%	-5%	-2%	-3%	-9%	-9%
Portalegre	4%	-3%	1%	3%	-2%	-7%	-4%	-9%	0%	24%
Porto	5%	4%	3%	3%	1%	1%	0%	1%	3%	2%
Santarém	-4%	-5%	-2%	0%	-2%	2%	0%	0%	7%	2%
Setúbal	-3%	-2%	-3%	-4%	-3%	-6%	-2%	-5%	-9%	-9%
Viana do Castelo	5%	4%	3%	4%	4%	8%	3%	7%	7%	9%
Vila Real	7%	8%	4%	2%	-2%	5%	3%	-1%	10%	3%
Viseu	5%	4%	5%	5%	-2%	7%	0%	6%	5%	6%

Tabela 5 – Indicador de equidade nos municípios com maior diferença face à média nacional apropriada, nos diferentes níveis/ciclos de ensino, em 2018/19

Nível de ensino	Município	% PDS/CTN entre os alunos ASE	% PDS/CTN - média nacional adequada	Indicador de Equidade
1.º Ciclo	Gavião	100,0%	73,7%	26,3%
	Montemor-o-Novo	91,5%	68,3%	23,1%
	Arronches	100,0%	77,2%	22,8%
	Sousel	100,0%	77,9%	22,1%
	Marvão	100,0%	80,7%	19,3%

	Reguengos de Monsaraz	47,1%	76,8%	-29,8%
	Alvito	50,0%	82,0%	-32,0%
	Vila Nova de Paiva	50,0%	82,3%	-32,3%
	Abrantes	28,6%	74,0%	-45,4%
	Alter do Chão	30,0%	84,5%	-54,5%
2.º Ciclo	Sabugal	100,0%	80,5%	19,5%
	Crato	100,0%	83,9%	16,1%
	Castro Verde	100,0%	84,9%	15,1%
	Castanheira de Pera	100,0%	85,4%	14,6%
	Estarreja	99,1%	85,0%	14,1%

	Ourique	61,5%	89,3%	-27,8%
	Cuba	52,6%	81,5%	-28,9%
	Oleiros	57,1%	88,5%	-31,3%
	Torre de Moncorvo	45,5%	81,8%	-36,4%
	Arraiolos	50,0%	90,4%	-40,4%
3.º Ciclo	Penamacor	61,5%	20,8%	40,7%
	Vila Nova de Paiva	68,4%	37,3%	31,1%
	Ribeira de Pena	47,2%	25,3%	22,0%
	Tondela	53,4%	31,8%	21,6%
	Arronches	45,5%	25,8%	19,6%

	Castro Verde	6,7%	27,7%	-21,0%
	Vendas Novas	8,8%	32,6%	-23,8%
	Gavião	7,7%	32,3%	-24,6%
	Cuba	0,0%	28,2%	-28,2%
	Monforte	0,0%	35,2%	-35,2%
Secundário CH	Vila Nova de Paiva	83,3%	38,5%	44,8%
	São João da Pesqueira	68,4%	34,2%	34,3%
	Lousã	68,8%	37,4%	31,3%
	Albergaria-a-Velha	73,9%	44,0%	29,9%
	Oliveira do Hospital	59,1%	29,5%	29,6%

	Cadaval	0,0%	22,9%	-22,9%
	Belmonte	0,0%	23,7%	-23,7%
	Elvas	8,5%	32,6%	-24,1%
	Fornos de Algodres	11,1%	41,1%	-30,0%
	Alvaiázere	0,0%	36,1%	-36,1%

Tabela 6 – Indicador de equidade nos municípios com maior número de alunos, nos diferentes níveis/ciclos de ensino, em 2018/19

Nível de ensino	Concelho	% PDS/CTN entre os alunos ASE	% PDS/CTN - média nacional adequada	Indicador de Equidade
1.º Ciclo	Lisboa	72,0%	76,2%	-4,2%
	Sintra	80,5%	80,1%	0,4%
	Vila Nova de Gaia	84,5%	83,4%	1,2%
	Porto	74,2%	77,5%	-3,4%
	Cascais	80,5%	79,1%	1,4%
	Loures	66,3%	78,1%	-11,9%
	Braga	86,6%	81,7%	4,9%
	Almada	75,7%	77,0%	-1,3%
	Oeiras	83,5%	79,6%	3,9%
	Seixal	77,9%	79,6%	-1,7%
	Amadora	68,6%	75,3%	-6,8%
	Matosinhos	83,6%	79,5%	4,2%
	Odivelas	76,8%	80,0%	-3,2%
	Vila Franca de Xira	80,7%	80,3%	0,3%
	Gondomar	81,7%	80,1%	1,6%
2.º Ciclo	Lisboa	76,8%	85,1%	-8,3%
	Sintra	84,9%	88,4%	-3,6%
	Vila Nova de Gaia	86,8%	88,3%	-1,5%
	Porto	86,7%	86,3%	0,3%
	Cascais	88,5%	88,3%	0,2%
	Braga	92,8%	89,7%	3,1%
	Almada	83,6%	86,0%	-2,4%
	Loures	78,9%	85,1%	-6,1%
	Oeiras	88,8%	89,7%	-0,8%
	Amadora	70,9%	84,1%	-13,3%
	Seixal	82,9%	87,3%	-4,4%
	Matosinhos	90,2%	88,2%	2,0%
	Odivelas	81,9%	87,8%	-5,9%
	Guimarães	96,1%	90,7%	5,4%
	Setúbal	76,7%	85,0%	-8,3%
3.º Ciclo	Lisboa	15,7%	24,2%	-8,5%
	Sintra	19,5%	27,8%	-8,3%
	Vila Nova de Gaia	26,3%	26,8%	-0,6%
	Porto	16,8%	26,1%	-9,3%
	Cascais	26,3%	27,2%	-0,9%
	Braga	34,8%	30,9%	3,9%
	Loures	16,6%	23,0%	-6,4%
	Almada	20,5%	23,2%	-2,7%
	Oeiras	29,3%	30,6%	-1,3%
	Seixal	19,8%	25,2%	-5,4%
	Matosinhos	26,3%	27,2%	-0,9%
	Guimarães	43,2%	33,5%	9,7%
	Maia	27,5%	28,9%	-1,4%
	Odivelas	21,6%	26,5%	-4,9%
	Vila Nova de Famalicão	36,4%	32,8%	3,6%

Nível de ensino	Concelho	% PDS/CTN entre os alunos ASE	% PDS/CTN - média nacional adequada	Indicador de Equidade
Secundário CH	Lisboa	24,1%	28,6%	-4,6%
	Porto	27,2%	31,6%	-4,4%
	Sintra	23,3%	29,2%	-5,9%
	Braga	38,7%	39,0%	-0,3%
	Cascais	29,1%	30,7%	-1,6%
	Oeiras	28,1%	31,3%	-3,3%
	Vila Nova de Gaia	30,5%	30,9%	-0,4%
	Almada	25,5%	28,6%	-3,1%
	Coimbra	34,6%	36,6%	-1,9%
	Guimarães	45,2%	40,3%	4,9%
	Gondomar	23,9%	30,9%	-7,0%
	Seixal	21,9%	28,7%	-6,8%
	Matosinhos	35,8%	33,7%	2,1%
	Odivelas	23,4%	27,3%	-3,9%
	Loures	26,7%	29,3%	-2,6%
Secundário profissional	Lisboa	40,1%	54,2%	-14,1%
	Porto	48,6%	54,4%	-5,8%
	Vila Nova de Famalicão	74,1%	63,5%	10,6%
	Sintra	53,4%	60,4%	-7,0%
	Vila Nova de Gaia	60,2%	61,4%	-1,2%
	Braga	61,7%	64,0%	-2,3%
	Guimarães	76,4%	65,5%	10,9%
	Almada	41,0%	51,6%	-10,5%
	Coimbra	45,9%	52,0%	-6,1%
	Amadora	26,8%	49,7%	-22,9%
	Torres Vedras	83,3%	65,4%	18,0%
	Barcelos	86,6%	68,7%	17,9%
	Santo Tirso	86,6%	57,3%	29,2%
	Matosinhos	76,9%	55,9%	21,0%
	Cascais	44,2%	48,1%	-3,9%

Tabela 7 – Indicador de Equidade nos agrupamentos e escolas não agrupadas com maior diferença face às médias apropriadas, nos diferentes ciclos/níveis/modalidade, em 2018/19⁷

Nível ensino	Unidade orgânica (UO)	% PDS/CTN entre os alunos ASE	% PDS/CTN - média nacional adequada	Indicador de Equidade
1.º ciclo	Escolas de Canas de Senhorim, Nelas	100,0%	72,0%	28,0%
	Escolas de Gavião	100,0%	73,7%	26,3%
	Escolas de Pinheiro, Penafiel	100,0%	74,7%	25,3%
	Escolas de Valadares, Vila Nova de Gaia	100,0%	76,3%	23,7%
	Escolas de Montemor-o-Novo	91,5%	68,3%	23,1%

	Escolas do Forte da Casa, Vila Franca Xira	33,3%	80,6%	-47,3%
	Escolas de Moura	10,0%	58,7%	-48,7%
	Escolas Infante D. Henrique, Repeses, Viseu	18,8%	68,5%	-49,8%
	Escolas de Alter do Chão	30,0%	84,5%	-54,5%
Escolas de Albufeira	14,3%	79,2%	-64,9%	
2.º ciclo	Escola Regional Dr. José Dinis Fonseca, Cerdeira	100,0%	71,3%	28,7%
	Escolas de Torrão, Alcácer do Sal	100,0%	77,9%	22,1%
	Escola Pedro Teixeira	100,0%	83,9%	16,1%
	Escolas do Crato	100,0%	83,9%	16,1%
	Instituto "Vaz Serra"	100,0%	84,4%	15,6%

	Escolas do Vale da Amoreira, Moita	42,4%	74,5%	-32,0%
	Escolas da Trafaria, Almada	42,9%	75,3%	-32,5%
	Escolas de São João do Estoril, Cascais	53,1%	87,3%	-34,2%
	Escolas Dr. Ramiro Salgado, Torre de Moncorvo	45,5%	81,8%	-36,4%
Escolas de Arraiolos	50,0%	90,4%	-40,4%	
3.º ciclo	Escola Secundária Eça de Queirós, Póvoa de Varzim	88,9%	46,4%	42,5%
	Escolas Ribeiro Sanches, Penamacor	61,5%	20,8%	40,7%
	Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Lisboa	87,5%	47,4%	40,1%
	Colégio Infante Santo	70,7%	34,0%	36,8%
	Escolas Professor Abel Salazar, Guimarães	70,5%	36,5%	33,9%

	Escolas de Gavião	7,7%	32,3%	-24,6%
	Escolas de Torrão, Alcácer do Sal	0,0%	27,4%	-27,4%
	Escolas de Cuba	0,0%	28,2%	-28,2%
	Escolas de Monforte	0,0%	35,2%	-35,2%
Escola Secundária da Boa Nova, Matosinhos	11,1%	47,0%	-35,9%	

⁷ Excluiu-se desta análise as unidades orgânicas com menos de 5 alunos cobertos pelo programa de Ação Social Escolar, uma vez que os resultados relativos a um número muito reduzido de alunos tendem a gerar divergências com pouco significativo estatístico.

Nível ensino	Unidade orgânica (UO)	% PDS/CTN entre os alunos ASE	% PDS/CTN - média nacional adequada	Indicador de Equidade
Secundário CH	Escolas de Vila Nova de Paiva	83,3%	38,5%	44,8%
	Colégio de Albergaria	80,0%	43,2%	36,8%
	Escolas de Airões, Felgueiras	61,9%	25,1%	36,8%
	Escolas de São João da Pesqueira	68,4%	34,2%	34,3%
	Escolas de Arga e Lima, Viana do Castelo	69,2%	35,1%	34,2%

	Escolas n.º 3 de Elvas	8,5%	32,6%	-24,1%
	Instituto Educativo de Souselas	0,0%	24,6%	-24,6%
	Escolas de Fornos de Algodres	11,1%	41,1%	-30,0%
	Escolas de Alvaiázere	0,0%	36,1%	-36,1%
	Didáxis - Riba de Ave	11,1%	54,3%	-43,2%
Secundário profissional	Escola Secundária Camões, Lisboa	100,0%	49,9%	50,1%
	Instituto Nun'Alvares	94,1%	45,3%	48,9%
	Escolas de Ponte da Barca	100,0%	59,1%	40,9%
	Escolas de Vila Viçosa	100,0%	61,9%	38,1%
	Escolas de Alcácer do Sal	80,0%	42,2%	37,8%

	Escolas Mães D'Água, Amadora	16,7%	59,4%	-42,8%
	Escolas de Maximinos, Braga	0,0%	44,3%	-44,3%
	Escolas Ibn Mucana, Cascais	12,5%	62,3%	-49,8%
	Escola Secundária Manuel Cargaleiro, Seixal	5,6%	57,5%	-51,9%
	Escolas Prof. Reynaldo dos Santos, Vila Franca Xira	0,0%	59,7%	-59,7%